



JUSTIÇA E DIREITO: LICITUDE E ILICITUDE DE JULGAMENTO

IZAGUIR, Eduardo Henrique¹, KREUTZER, Tainá Temp², WOLTMANN, Angelita³;
NEUBAUER, Vanessa Steigleder⁴; LEAL, Roberto Basílio⁵

Resumo: O presente trabalho irá tratar de assuntos que levam em a relação entre Direito e Justiça, sendo ele objeto ativo dela e também, sobre a Licitude e Ilicidade nos atos tomados para julgar sobre o que é ou não justo ou injusto. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico com o objetivo de aprofundar a compreensão de tais conceitos, pela importância dos mesmos para compreender os fundamentos do Direito. Todos sabemos que a lei deve ser imparcial, não fazer diferença por raça, cor, classe social, cultura ou religião já que somos todos seres humanos, gregários e temos direitos e obrigações a serem cumpridos. Nesse sentido, chegamos ao conceito de justiça, que para muitos significa "dar a cada um o que é seu" sem distinção. Como dizia Aristóteles/Sócrates "Justo é: tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam.", sendo assim, vamos em busca da aplicação da própria justiça e essa se dá por meio do seu objeto direto e frequente: o Direito. O exercício do direito serve para que haja um certo controle social, para que ações ilícitas e que prejudiquem o bem-estar comum não passem sem punição. A pessoa é punida quando comete ato ilícito e isso só acontece quando de certa forma fere, o direito, não só da pessoa que sofre o dano, mas também quando prejudica a sociedade. Sendo assim, podemos perceber que direito e justiça não somente andam juntos, como também se completam. Não existe direito sem justiça, porque ela é o motivo de sua existência e nem justiça sem direito, já que ela é o resultado da aplicação do mesmo.

Palavras-Chave: Justiça; Direito; Licitude; Ilicidade.

¹ Acadêmico do curso de Direito cursando o 2º semestre na UNICRUZ. Contato: eduardo_izaguir@hotmail.com

² Acadêmica Acadêmico do curso de Direito cursando o 2º semestre na UNICRUZ. Contato: taina_temp@hotmail.com

³ Doutoranda em Direito (PPGD – UNISINOS). Doutoranda em Ciências Jurídicas Universidade de Buenos Aires (UBA). Mestre em Integração Latino-Americana pelo MILA-UFSM. Especialista em Direito Constitucional aplicado pela UNIFRA. Especialista em Bioética pela UFLA. Professora do Curso de Direito e Membro do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Núcleo de Ação em Pro-Direitos Humanos (NAPDH), do Grupo de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos, Cidadania e Democracia (GPJUR) e coordenadora/colaboradora de projetos de pesquisa e extensão da UNICRUZ. Contato: awoltmann@unicruz.edu.br

⁴ Orientadora. Doutoranda em Filosofia UNISINOS. Mestre em Educação nas Ciências pela UNIJUI. Especialista em Psicopedagogia Clínica Institucional pela UNICRUZ. Graduada em Artes - Especificidade Dança licenciatura pela UNICRUZ. Professora da UNICRUZ. Integrante do Grupo de pesquisa jurídica da UNICRUZ – GPJUR. Contato: borbova@gmail.com

⁵ Licenciado em História pela Unicruz. Mestre em Educação nas Ciências Unijui. Pós-Graduando em PROEJA (IF Farroupilha) Integrante do Grupo de pesquisa jurídica da UNICRUZ – GPJUR. Integrante do Grupo de pesquisa "Emancipação sem fronteira: Formação inicial e continuada de professores" ligado ao Instituto Federal Farroupilha - Campus de São Borja E-mail: robertocza@yahoo.com.br